



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0003778-27.2001.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contravenções Penais**  
 Requerente: **Justica Publica**  
 Réu: **Valdinei Dias Rodrigues**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

O processo não pode tramitar indefinidamente.

Nos termos da r. decisão de fls. 113 e em consonância com entendimento jurisprudencial consolidado, o decurso do prazo prescricional, na hipótese de suspensão, regula-se pela pena máxima em abstrato para o delito.

Verifica-se que o processo está suspenso desde 31 de março de 2003 (fls. 37).

A pena abstratamente cominada ao crime previsto no artigo 306 da Lei 9.503/97 é de 3 (três) anos de detenção.

Nos termos do artigo 109, inciso IV, do Código Penal, a prescrição ocorre em 8 (oito) anos se o máximo da pena é superior a 2 (dois) anos e não excede a 4 (quatro).

Pois, a pretensão punitiva está fulminada pela prescrição.

Pelo exposto, declaro **EXTINTA A PUNIBILIDADE** de Valdinei Dias Rodrigues, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do Código Penal.

Providenciem-se as comunicações necessárias e, oportunamente, com as cautelas de praxe, arquivem-se.

P.R.I.

Ibaté, 09 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**